

# Índice

## 1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

## 2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	5
2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	6

## 3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	7
3.2 - Medições não contábeis	8
3.3 - Eventos subsequentes às DFs	9
3.5 - Distribuição de dividendos	10
3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	11
3.7 - Nível de endividamento	12
3.8 - Obrigações	13
3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	14

## 4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	15
4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	20
4.3 - Processos não sigilosos relevantes	22
4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	25
4.5 - Processos sigilosos relevantes	26
4.6 - Processos repetitivos ou conexos	27
4.7 - Outras contingências relevantes	28
4.8 - Regras-país origem/país custodiante	29

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	30
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	31
5.3 - Descrição - Controles Internos	32
5.4 - Programa de Integridade	33

## Índice

5.5 - Alterações significativas	34
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	35
<b>6. Histórico do emissor</b>	
6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	36
6.3 - Breve histórico	37
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	38
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	39
<b>7. Atividades do emissor</b>	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	40
7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista	41
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	42
7.3 - Produção/comercialização/mercados	43
7.4 - Principais clientes	44
7.5 - Efeitos da regulação estatal	45
7.6 - Receitas relevantes no exterior	46
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	47
7.8 - Políticas socioambientais	48
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	49
<b>8. Negócios extraordinários</b>	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	50
8.2 - Alterações na condução de negócios	51
8.3 - Contratos relevantes	52
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	53
<b>9. Ativos relevantes</b>	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	54
9.1.a - Ativos imobilizados	55
9.1.b - Ativos Intangíveis	56
9.1.c - Participação em sociedades	57
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	58
<b>10. Comentários dos diretores</b>	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	59
10.2 - Resultado operacional e financeiro	65

## Índice

10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	67
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	68
10.5 - Políticas contábeis críticas	70
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	71
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	72
10.8 - Plano de Negócios	73
10.9 - Outros fatores com influência relevante	75
<b>11. Projeções</b>	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	76
11.2 - Acompanhamento das projeções	77
<b>12. Assembléia e administração</b>	
12.1 - Estrutura administrativa	78
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias	79
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA	80
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	81
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	82
12.7/8 - Composição dos comitês	84
12.9 - Relações familiares	85
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	86
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	88
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm	89
<b>13. Remuneração dos administradores</b>	
13.1 - Política/prática de remuneração	90
13.2 - Remuneração total por órgão	94
13.3 - Remuneração variável	98
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	99
13.5 - Remuneração baseada em ações	100
13.6 - Opções em aberto	101
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	102
13.8 - Precificação das ações/opções	103
13.9 - Participações detidas por órgão	104

## Índice

13.10 - Planos de previdência	105
13.11 - Remuneração máx, mín e média	106
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	107
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	108
13.14 - Remuneração - outras funções	109
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	110
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	111
<b>14. Recursos humanos</b>	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	112
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	113
14.3 - Política remuneração dos empregados	114
14.4 - Relações emissor / sindicatos	115
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos	116
<b>15. Controle e grupo econômico</b>	
15.1 / 2 - Posição acionária	117
15.3 - Distribuição de capital	120
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	121
15.5 - Acordo de Acionistas	122
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	123
15.7 - Principais operações societárias	124
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico	125
<b>16. Transações partes relacionadas</b>	
16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	126
16.2 - Transações com partes relacionadas	127
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	128
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas	129
<b>17. Capital social</b>	
17.1 - Informações - Capital social	130
17.2 - Aumentos do capital social	131
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	132
17.4 - Redução do capital social	133
17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	134

## Índice

### 18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações	135
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	136
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	137
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	138
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	139
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	140
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	141
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	142
18.8 - Títulos emitidos no exterior	143
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	144
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	145
18.11 - Ofertas públicas de aquisição	146
18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários	147

### 19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Descrição - planos de recompra	148
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	149
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	150

### 20. Política de negociação

20.1 - Descrição - Pol. Negociação	151
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	152

### 21. Política de divulgação

21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	153
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	154
21.3 - Responsáveis pela política	155
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	156

## 1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Márcia Hermann**

**Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**André Luís Wetzel da Silva**

**Cargo do responsável**

Diretor Presidente

**1.1.** Eu, André Luís Wetzel da Silva, Diretor Presidente da Wetzel S.A. Em Recuperação Judicial, declaro que revi o formulário de referência, que todas as informações contidas neste formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19 e que, o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Wetzel e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

**1.2.** Eu, Márcia Hermann, Diretora Executiva de Relações com Investidores da Wetzel S.A Em Recuperação Judicial, declaro que revi o formulário de referência, que todas as informações contidas neste formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19 e que, o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Wetzel e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

### **1.3 Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores**

As declarações do Diretor Presidente e da Diretora de Relações com Investidores foram contempladas nos itens 1.1 e 1.2.

**2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração**

<b>Possui auditor?</b>	SIM		
<b>Código CVM</b>	1210-6		
<b>Tipo auditor</b>	Nacional		
<b>Nome/Razão social</b>	Sappia Auditores e Consultores		
<b>CPF/CNPJ</b>	19.204.243/0001-70		
<b>Período de prestação de serviço</b>	07/04/2016		
<b>Descrição do serviço contratado</b>	Auditoria das Demonstrações Financeiras e revisões das Informações Trimestrais		
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	No exercício social de 2018, correspondeu ao montante de R\$ 154.000,00 referente aos serviços de auditoria externa.		
<b>Justificativa da substituição</b>			
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>			
<b>Nome responsável técnico</b>	<b>Período de prestação de serviço</b>	<b>CPF</b>	<b>Endereço</b>
Douglas do Rosário	07/04/2016	948.583.309-15	Rua Fortaleza, 76, Cj 1D, Saguçu, Joinville, SC, Brasil, CEP 89221-650, Telefone (47) 30343010, Fax (47) 30343010, e-mail: douglas@sappia.com.br

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

### 3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras

(Reais Unidade)

Exercício social (31/12/2018)

Exercício social (31/12/2017)

Exercício social (31/12/2016)

---

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

**3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos**

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016
Lucro líquido ajustado				
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)				
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)				
Dividendo distribuído total				
Lucro líquido retido				
Data da aprovação da retenção				

Lucro líquido retido	Últ. Inf. Contábil 31/12/2019		Exercício social 31/12/2018		Exercício social 31/12/2017		Exercício social 31/12/2016	
	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

### **3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

### **3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

#### **4.1 Fatores de risco que possa influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados**

##### **a) ao emissor**

O principal risco em relação à Companhia refere-se a seus prejuízos acumulados e patrimônio líquido negativo, agravados nos últimos anos pelas crises econômicas que atingiram o País.

Por sua vez, a Wetzol se encontra em Recuperação Judicial “RJ”, cujo pedido foi ajuizado em 03/02/2016 e deferido em 11/02/2016, tramitando o processo sob nº 0301750-45.2016.8.24.0038 perante a 4ª Vara Cível da Comarca de Joinville/SC, sendo que o Plano de Recuperação Judicial Modificativo foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 13/06/2017 e homologado pelo Juízo em 19/07/2017.

Diante deste cenário, plenamente compreensível que as dificuldades financeiras prejudicassem o pagamento pontual de alguns tributos. Assim, em razão da inadimplência de tributos e contribuições previdenciárias (patronal) que estavam expressamente perfilhados no Programa de Recuperação Fiscal “REFIS”, aderido em 28/02/2000 e cujas parcelas vinham sendo pagas rigorosamente em dia, em 29 de setembro de 2017, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria n. 43, de 28 de setembro de 2017, por meio da qual o Delegado da Receita Federal do Brasil em Joinville/SC, decidiu excluir a Companhia do *Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, com efeitos a partir de 1º de outubro de 2017. Por conseguinte,* conforme nota explicativa 20 – Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, parte integrante das Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2018, a Companhia reconheceu a dívida atualizada pela SELIC, correspondente ao montante de R\$ 91.415 mil.

Em 31/12/2018 os prejuízos acumulados representaram o montante de R\$ 235.536 mil e um Patrimônio Líquido Negativo no valor de R\$ 170.801 mil.

O patrimônio líquido negativo aliado à Recuperação Judicial podem gerar consequências significativas, incluindo: (1) restrição à sua capacidade de obter financiamento para capital de giro e investimentos, parcelamentos, empréstimos e repactuação de dívidas, (2) limitação do fluxo de caixa pelo receio de fornecedores e parceiros com créditos na RJ, assim, (3) limitação à sua flexibilidade de planejar ou reagir a mudanças nos negócios e setores que opera; (4) desvantagem competitiva em relação a seus concorrentes cujo nível de endividamento seja inferior.

Além disto, os efeitos de instabilidade do mercado de trabalho, bem como as regulamentações trabalhistas podem impactar no desenvolvimento das atividades da Companhia. Exemplificando, a Companhia é dependente de mão de obra, sujeita a riscos decorrentes da ocorrência de acidentes de trabalho e/ou doenças laborais dos empregados, pelos quais pode ser responsabilizada, bem como, os efeitos da instabilidade, entre outros, podem gerar greves e paralisações, além provocar alterações nas condições de acordos e convenções coletivas de trabalho. A ocorrência destas situações pode causar impacto adverso em seus resultados.

**b) a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle**

O acionista controlador possui 97,23% das ações do capital votante e pode exercer a eleição da maioria dos membros do Conselho de Administração e controlar a administração e as políticas da Companhia.

Buscando as boas práticas de Governança Corporativa, e em cumprimento da Lei 6.404/76, o Conselho de Administração possui membros que representam os interesses dos acionistas minoritários.

Não há atividades ou negócios paralelos por parte do acionista controlador que possam comprometer ou gerar conflitos com os interesses da Companhia.

**c) a seus acionistas**

O atual cenário indica que os detentores das ações de emissão da Companhia não devem receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com seu Estatuto Social, a Companhia deve pagar dividendos aos seus acionistas no valor de, pelo menos, 25% do seu lucro líquido anual, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme determinado e ajustado.

Nosso Estatuto prevê que o lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, podendo ser reduzido ou não disponibilizado para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Ainda, a relativa volatilidade e falta de liquidez do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de nossa emissão pelo preço e na ocasião desejados.

**d) a suas controladas e coligadas**

A Companhia deliberou, em 09 de novembro de 2015, sobre a descontinuidade das operações da Wetzel Univolt Indústria de Plástico Ltda., assim acredita que não há fatores de risco em relação a sua controlada.

**e) a seus fornecedores**

As matérias primas (principalmente o alumínio, a sucata de ferro e o plástico) são obtidas de diversos fornecedores. A aquisição de tais matérias depende de uma série de fatores, destacando-se o preço, o prazo de entrega, a qualidade e os custos de transporte. Como as principais matérias primas são commodities internacionais, um aumento do preço no mercado internacional poderá ter um efeito adverso para os negócios da Companhia.

Além disto, a Companhia não pode garantir um abastecimento contínuo e adequado de matérias primas, assim, um aumento inesperado na demanda de seus produtos pode acarretar carência de matérias primas e a Wetzel pode não conseguir atender os pedidos de seus clientes impedindo o cumprimento do programa de produção, ocasionando um impacto significativo no desenvolvimento de suas operações e nos seus resultados e consequentemente prejudicando sua relação comercial com seus clientes.

A energia elétrica e o gás também são componentes significativos para Companhia, de modo que qualquer racionamento ou aumento nos preços poderá afetá-la de maneira adversa.

**f) a seus clientes**

Os clientes das Unidades Alumínio e Ferro são em sua maioria montadoras e sistemistas do setor automotivo com grande expressão mundial. Quanto aos clientes da Unidade Eletrotécnica, são instaladoras, distribuidoras de material elétrico, revendedoras e construtoras, que em sua maioria são empresas de pequeno porte. Historicamente os índices de inadimplência são irrelevantes.

Assim, o negócio da Companhia encontra-se sujeito ao risco de reclamações relacionadas a danos causados por produtos, reclamações pelo descumprimento de garantias ou retiradas

massivas de produtos. A Companhia não pode garantir que as apólices de seguro de responsabilidade civil cubram estas reclamações ou que sejam suficientes para cobrir todas as reclamações. Portanto, qualquer reclamação fora do âmbito da cobertura das apólices de seguro pode ter um impacto significativo em sua situação financeira.

O fato da Wetzel ter homologado a aprovação do Plano de Recuperação Judicial somente no final de julho de 2017 fez com que não fosse habilitada pelas montadoras globais para fornecimento nos volumes de exportações. Sendo assim, até o trânsito em julgado da Recuperação Judicial, as unidades de negócio automotivo podem apresentar queda no faturamento.

#### **g) aos setores de atuação**

A Companhia enfrenta forte competição de concorrentes locais e internacionais em todos os setores que atua. Sua participação no mercado poderá ser reduzida caso não consiga se manter competitiva, principalmente em relação a preços.

A indústria e os mercados que a Wetzel atende estão sujeitos a variações decorrentes de fatores que estão fora de seu controle, incluindo os relacionados às condições da economia brasileira e mundial, preços de matérias primas e parte de produção da indústria automobilística. A ocorrência de retração no futuro poderá afetar adversamente as atividades e os resultados operacionais.

#### **h) a regulação do setor de atuação**

A Companhia e outras empresas da indústria de fundição estão sujeitas à legislação ambiental brasileira, federal, estadual e municipal, relativa à saúde humana, ao manejo e descarte de resíduos sólidos e perigosos e às descargas de poluentes na atmosfera e na água. Os produtores da indústria de fundição também ficam por vezes sujeitos a percepções desfavoráveis do mercado no tocante ao impacto ambiental de seu negócio, o que pode ter um efeito adverso sobre a Companhia. Caso a legislação ambiental se torne mais rigorosa no Brasil, o valor dos futuros investimentos necessários à observância de referida legislação pode aumentar substancialmente e o cronograma de tais investimentos pode ser alterado, podendo reduzir a disponibilidade de nossos recursos para outros investimentos e outras finalidades.

Somado a isto, a economia brasileira tem sido marcada por frequentes, e por vezes significativas, intervenções do Governo Federal em relação às políticas monetárias, de crédito, fiscais e outras, sendo que a Wetzel não possui controle sobre tais medidas e não pode prever quais ações o Governo Federal poderá adotar no futuro.

A Wetzel é uma companhia aberta sujeita às regulações da B3 – Bolsa, Brasil, Balcão e nos últimos anos foram estabelecidas uma série de obrigações adicionais para as companhias da categoria A no que diz respeito a governança corporativa, tais como adoção do voto à distância, Informe de Governança, entre outros, o que pode impactar diretamente nos custos de manutenção da Companhia.

#### **i) aos países estrangeiros**

A relação direta da Companhia com países estrangeiros é baixa, está basicamente nas exportações de eletroferragens que representam 2,45% das vendas totais. Porém, nossos clientes do setor automotivo são globalizados e podem ser afetados negativamente pelas oscilações nas economias, instabilidade política e ações governamentais locais, que indiretamente poderão influenciar de forma negativa nossos negócios.

#### **j) a questões socioambientais**

Em 2018 a Wetzel permaneceu certificada nas normas internacionais de gestão ambiental ISO 14001 e as suas Unidades de Negócios receberam o certificado de energia renovável por terem deixado de emitir gases de efeito estufa por intermédio da compra de energia renovável no Ambiente de Contratação Livre.

#### 4.2. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

Conforme nota explicativa 4 “Gerenciamento de Risco dos Instrumentos Financeiros” parte integrante das Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2018, a Administração da Companhia realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios, os quais seguem:

##### . Risco de Crédito

Esses riscos são administrados por critérios rigorosos de análise de crédito e estabelecimento do limite de exposição para cada cliente, ajustados periodicamente conforme o comportamento do risco apresentado.

##### . Risco com Taxa de Juros

A Companhia monitora continuamente o comportamento das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

##### . Risco de Exposição Cambial Líquida e Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial

A companhia demonstra abaixo a exposição cambial contábil e demonstrativo com análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio, determinado pelas Instruções nºs 475 e 550/08 da CVM.

Risco de alta da Taxa de Câmbio	Consolidado	
	Dólar	Euro
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>		
Clientes no Mercado Externo	221	-
Dívida Bancária	5.155	1.945
Exposição Líquida - R\$ Mil	(4.934)	(1.945)
Taxa de Câmbio	3,8748	4,4390
<b>Exposição Líquida -Cambial</b>	<b>(1.273)</b>	<b>(438)</b>
Com ajuste de 25% no câmbio	(6.168)	(2.431)
Com ajuste de 50% no câmbio	(7.401)	(2.917)

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentam riscos relevantes e, portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida nas Instruções nºs 475/08 e 550/08.

**4.3 Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas**

A Companhia está sujeita a processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal, trabalhista e ambiental, decorrentes do curso normal das suas operações, sendo aqueles: (i) que não estão sob sigilo; e (ii) que são relevantes para os negócios da Companhia discriminados abaixo:

**I) Tributário**

<b>Tributário</b>	
<b>a. Juízo</b>	Vara Federal de Execuções Fiscais e Juizado Especial Federal Cível
<b>b. Instância</b>	2ª Instância - Justiça Federal da 4ª Região
<b>c. Data de instauração</b>	26/01/2010
<b>d. Partes do processo</b>	Autor: União - Fazenda Nacional Réu: Wetzel S/A
<b>e. Valores bens ou direitos envolvidos</b>	Valor da causa: R\$ 41.265 mil em 31/12/2010.
<b>f. principais fatos</b>	A ação tem por objeto a cobrança de valores de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.
<b>g. chance de perda</b>	Provável
<b>h. análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Eventual decisão desfavorável poderá gerar prejuízo financeiro à companhia, face aos valores em discussão.
<b>4.3.1 Valor Provisionado</b>	R\$ 34.962 mil

**II) Trabalhistas**

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia era parte passiva em 83 ações trabalhistas, sendo que a maioria dos processos se refere a pedidos de adicional extraordinário em virtude de intervalos intrajornada e interjornadas, adicionais de insalubridade e periculosidade, acidente de trabalho e verbas rescisórias, onde os valores envolvidos individualmente não são significativos, não havendo, portanto, nenhum processo trabalhista relevante.

**4.3.1 Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3**

Conforme nota explicativa 18 das Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2018, com base em informações dos assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e experiências anteriores, a Companhia constituiu provisão para aquelas contingências que apresentam perdas avaliadas como prováveis:

	<b>Trabalhistas</b>	<b>Tributárias</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.300</b>	<b>35.424</b>	<b>36.724</b>
Depósitos Judiciais Relacionados	630	-	630
<b>Efeito Líquido em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>670</b>	<b>35.424</b>	<b>36.094</b>
Constituição de provisões	-	815	815
Provisões utilizadas	(385)	-	(385)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>915</b>	<b>36.239</b>	<b>37.154</b>
Depósitos Judiciais Relacionados	382	-	382
<b>Efeito Líquido em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>533</b>	<b>36.239</b>	<b>36.772</b>

As contingências tributárias estão relacionadas principalmente as discussões judiciais relativas aos impostos federais (IRPJ, CSLL, IPI e COFINS).

<b>Contingências Tributárias</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Processos RFB	1.277	1.253
Processos PGFN	34.962	34.171
<b>Total</b>	<b>36.239</b>	<b>35.424</b>

O valor provisionado referente Processos PGFN, trata-se da discussão a título de IRPJ e CSLL (Processo nº 0000254-03.2010.404.7201) que já teve sentença publicada em 2013 com efeito suspensivo diferido por meio da oposição dos Embargos à Execução nº 5001542-61.2011.404.7201, havendo assim uma redução de 39,20% sobre o montante originalmente exigido. Portanto, continua sendo provisionado o saldo remanescente que se mantém em discussão.

O Processo encontra-se no Tribunal Regional Federal da 4ª Região para apreciação dos Recursos de Apelação, tanto pela Companhia quanto pela União. O feito está garantido por meio de penhora de bens móveis e imóveis.

Adicionalmente às provisões registradas, existem outros passivos contingentes, no montante estimado de R\$ 1.350, cujo risco de perda foi avaliado como “possível” e para os quais não foram constituídas provisões.

**4.4. Processos judiciais, administrativos e arbitrais em que a Companhia ou suas controladas são partes, não estão sob sigilo e cujas partes contrárias são administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de seus controladores**

A Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

**4.5. Processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos**

A Companhia não possui processos sigilosos relevantes.

**4.6. Processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, em que a Companhia ou suas controladas são partes, não estão sob sigilo e em conjunto são relevantes para seus negócios.**

A Companhia não possui processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, além dos processos judiciais ou administrativos mencionados nos item 4.3 acima.

**4.7. Descrição de outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.**

Não há outras informações ou contingências relevantes em relação ao presente item 4 que não tenham sido divulgadas pela Companhia nos itens acima.

**4.8. Regras do país de origem do emissor estrangeiro e regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem.**

Não aplicável à Companhia, tendo em vista que a Companhia é emissor nacional, com sede no Brasil e seus valores mobiliários são custodiados neste país.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.



## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

**10.1. Comentários dos Diretores sobre:****a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:**

No ano de 2018 a Receita Operacional Líquida consolidada totalizou R\$ 162,9 milhões, mostrando um aumento de 34,1% em relação ao ano anterior (R\$ 121,6 milhões). Quando analisado o volume (tonelagem), houve um crescimento de 25,66% – de 9.682 toneladas em 2018 contra 7.705 toneladas em 2017, contabilizando apenas a tonelagem de metais produzidos – alumínio, ferro e ligas especiais – sem levar em consideração a tonelagem de produtos em PVC comercializados pela unidade Eletrotécnica.

O Prejuízo Líquido consolidado da Companhia foi de R\$ 32,4 milhões, o que representou - 19,9% de sua Receita Líquida. Para comparar com o ano anterior, faz-se necessário expurgar do resultado os efeitos relativos a adesão ao PERT que ocorreu em 2017 e que possibilitaram o estorno de encargos financeiros e utilização de prejuízos fiscais para pagamento de impostos federais em atraso. Em razão disto, nota-se que a variação de resultados entre os dois exercícios – 2017 e 2018 - foi de R\$ 0,9 milhão, uma redução de 2,9% no ano de 2018.

<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO - EXPURGANDO-SE EFEITOS ALEATÓRIOS</b>		
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Lucro/Prejuízo Líquido no período</b>	<b>(32.441)</b>	<b>6.399</b>
(-) Expurgo PERT - Efeito s/ Despesas Financeiras	-	(10.807)
(-) Expurgo PERT - Efeito s/ IRPJ/CSLL	-	(27.120)
<b>(=) Lucro/Prejuízo Líquido no período "ajustado"</b>	<b>(32.441)</b>	<b>(31.527)</b>
Variação entre os períodos após ajustes :	2,9%	

No exercício de 2018 a geração de caixa operacional pelo conceito EBITDA (calculado segundo a metodologia definida pela CVM no Ofício Circular 01/07), atingiu R\$ 8,8 milhões negativos, representando -5,4% da receita operacional líquida do ano, enquanto os valores apurados ano de 2017 atingiu R\$ 13,2 milhões negativos, que representou -10,9% da receita operacional líquida.

Portanto, no ano de 2018, esse indicador teve uma melhora de 5,5 pontos percentuais em relação à receita operacional líquida de cada período analisado.

**Recuperação Judicial**

Em 03 de fevereiro de 2016 a empresa ajuizou pedido de Recuperação Judicial;

Em 11 de fevereiro de 2016 o pedido foi deferido pelo juiz da 4ª Vara Cível da Comarca de Joinville, fato este publicado em 02/03/2016 no Diário de Justiça Eletrônico (DJe);

O Plano de Recuperação Judicial foi apresentado e também publicado no Diário de Justiça Eletrônico (DJe) em 15/06/2016;

A AGC – Assembleia Geral de Credores, convocada para 18/10/2016 não foi instalada por insuficiência de quórum qualificado;

A AGC convocada para 22/11/2016 foi instalada com quórum simples, mas teve pedido de suspensão pelo Credor Banco do Brasil.

Também foram suspensas a pedido de credores as AGC(s) datadas de 23/02/2017 e 25/04/2017, ambas em continuidade à AGC instalada em 22/11/2016.

Em 13/06/2017 foi efetuada a continuação da Assembleia Geral de Credores, realizou-se a votação do Plano de Recuperação Judicial e seu modificativo na forma da lei, os ausentes tiveram os votos computados com abstenção e por consequência foram retirados da base de cálculo da votação e os presentes tiveram seus votos registrados por meio eletrônico. Na votação obteve-se aprovação do plano por 100% da classe trabalhista, 100% da classe de credores de garantia real, 59,52% dos credores quirografários e 91,66% da classe de microempresas ou empresas de pequeno porte. Sendo assim, sem oposição dos presentes foi proclamado a aprovação do Plano de Recuperação Judicial e seu modificativo, na forma do art. 42 da Lei 11.101/2005.

O Plano de Recuperação Judicial Modificativo, aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 13/06/2017, homologado pelo Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Joinville (SC), foi publicado no Diário de Justiça Eletrônico nº 2635, págs. 943 - 946 em 28/07/2017.

A decisão homologatória apresentou ressalvas quanto a pontos específicos constantes no Plano de Recuperação Judicial e foi objeto de agravos de instrumento interpostos pela Wetzcel e por dois credores quirografários (Banco do Brasil e Banco Santander). Em 24/05/2018 foi negado provimento aos recursos dos Bancos, decidindo os Desembargadores pela manutenção da decisão que homologou o Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores. O Agravo de Instrumento interposto pela Wetzcel continua pendente de decisão judicial em segunda instância.

Independente dos recursos, o Plano de Recuperação Judicial, naquilo que não foi afetado pelas pendências citadas, está sendo cumprido e, especificamente, já estão sendo pagos, antecipadamente, os créditos habilitados na Classe I (trabalhistas), Classe IIIA (quirografários até R\$ 5.000,00) e Classe IVA (microempresas e empresas de pequeno porte até R\$ 5.000,00).

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial Modificativo, em paralelo está sendo constituída provisão de correção monetária para os créditos com garantia real (Classe II) e créditos quirografários de credores por aluguéis de imóveis operacionais (Subclasse IIIC). Em 2018, o montante da provisão dessas correções monetárias corresponde a R\$1.170. Com relação às demais classes, a correção monetária ocorrerá a partir do trânsito em julgado da decisão de concessão da recuperação judicial.

**b) Estrutura de capital**

Não há previsão para a realização a curto prazo de hipótese de resgate de ações.

**c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:**

Desde a data de ajuizamento do pedido de recuperação judicial, datado de 03 de fevereiro de 2016, a empresa vem honrando seus compromissos financeiros sem a captação de novos empréstimos bancários, fazendo-se valer apenas do desconto de duplicatas junto a FIDC(s) e descontos sacados diretamente nos bancos dos clientes como forma de adequar o descompasso do fluxo de caixa entre recebimentos e pagamentos.

**d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:**

Além do desconto de duplicatas, a empresa negociou prazos de pagamento com vários fornecedores para financiar seu capital de giro, no entanto, manteve os prazos aos clientes visando reduzir esta necessidade. Quanto aos investimentos em 2018, parte foi realizada através de empréstimos bancários/leasing e o restante com recursos próprios.



**II. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Vide demonstrativo acima. Com exceção do item “Duplicatas Descontadas” e leasing (parte circulante e restante não circulante 2018) os demais valores referem-se a dívidas assumidas antes do pedido de recuperação judicial.

**III. Grau de subordinação entre as dívidas**

Não existe grau de subordinação entre as dívidas.

**IV. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.**

Nos contratos de financiamento em vigor, não existem cláusulas e condições significativas que possam causar restrições e/ou limitações na gestão da Companhia.

**g) Limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados**

A companhia possui limites disponíveis para operação de antecipações de recebíveis e desconto de duplicatas junto a cliente grande porte, bancos e Fidcs. A empresa se resente de linhas para investimentos e/ou financiamentos de longo prazo.

**h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

**I. A Receita Operacional Líquida** consolidada totalizou R\$ 162,9 milhões, mostrando um aumento de 34,1% em relação ao ano anterior (R\$ 121,6 milhões).

**II. O Custo dos produtos vendidos** foi de 91,5% sobre a receita líquida, contra 94,4% obtido em 2017, representando uma redução de 2,9 pontos percentuais, demonstrando assim que está reduzindo os custos.

**III. O resultado da atividade** foi de R\$ 13,5 milhões negativos, uma melhora de R\$ 4,8 milhões em relação a 2017, quando atingiu o valor de R\$ 18,3 milhões negativo.

**IV. O resultado operacional antes do resultado financeiro** foi de R\$ 17,1 milhões negativos, um aumento de 7,3% em relação a 2017 quando atingiu o valor de R\$ 15,9 milhões negativos.

**V. No resultado líquido do exercício consolidado** foi apurado prejuízo de R\$ 32,4 milhões. No exercício de 2017 foi apurado R\$ 6,4 milhões de lucro. Para comparar com o ano anterior, faz-se necessário expurgar do resultado os efeitos relativos a adesão ao PERT que ocorreu em 2017 e que possibilitaram o estorno de encargos financeiros e utilização de prejuízos fiscais para pagamento de impostos federais em atraso.

Portanto, eliminando-se esses efeitos do PERT, o resultado ajustado de 2017 seria de R\$ 31,5 milhões de prejuízo, e comparando-se então a variação de resultados entre os exercícios seria de R\$ 0,9 milhão, uma redução de 2,9% no ano de 2018.

**VI. A geração de caixa operacional** pelo conceito EBITDA, a geração de caixa operacional atingiu R\$ 8,8 milhões negativos, representando -5,4% da receita operacional líquida do ano de 2018.

**VII. No Ativo Circulante** destaca-se o aumento de R\$ 5,5 milhões em estoques e também se destaca o aumento de R\$ 2,6 milhões no saldo da conta clientes.

**VIII. No Ativo Não-Circulante** destaca-se a redução de propriedades para investimento no valor de R\$ 4,7 milhões e a redução de R\$ 1,2 milhões no saldo da conta de depósitos judiciais.

**IX. No Passivo Circulante** houve uma reclassificação de dívidas de Longo Prazo para Curto Prazo no montante de R\$ 2,4 milhões e aumento de R\$ 5,5 milhões em Empréstimos e Financiamentos, teve também aumento de R\$ 6,9 milhões de Obrigações tributárias e Obrigações sociais e aumento de R\$ 3,5 milhões de impostos parcelados.

**X. No Passivo Não-Circulante** destaca-se a reclassificação de R\$ 2,4 milhões de Empréstimos e Financiamentos para Passivo Circulante, ocorreu aumento de R\$ 7,8 milhões na conta Refis e aumento de R\$ 6,3 milhões de impostos parcelados.

As variações ocorridas nas demais contas permaneceram dentro dos limites da normalidade.

**10.2. Comentários sobre:****a) Resultados das operações do emissor, em especial:****I. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:**

Nas Unidades Ferro e Alumínio a Companhia possui parcela relevante de sua receita voltada para o segmento automotivo, em especial, para a linha de caminhões, e na Unidade Eletrotécnica são produzidos e comercializados produtos fundidos em alumínio e PVC voltados para aplicação em instalações elétricas industriais, os quais são vendidos para grandes distribuidores de materiais elétricos e instaladores em obras de engenharia.

**II. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:**

Afetaram significativamente os resultados da Companhia:

O aumento de custos sem aumento das receitas – tivemos aumentos de custos conforme contratos de fornecimento, de serviços e acordos coletivos, sem ter o respectivo crescimento no nível das vendas (receitas), já causando um impacto direto do Lucro Bruto. Esse descompasso entre Receita e Custo não pode ser absorvido pelas Despesas Operacionais, causando impacto direto no resultado da atividade.

Apesar do crescimento da receita em 2018 ainda não atingimos volumes necessários para estabilizar o nível de produção e conseqüentemente aumentar a produtividade com ganhos mais significativos de diluição da estrutura fixa.

**b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:**

A empresa não tem por regra a contratação de hedging cambial ou derivativos financeiros, haja vista o baixo volume de exportações. Para produtos do mercado de autopeças existe a regra de repasse trimestral do aumento de matéria-prima, que é balizado pela L.M.E. – Bolsa de Metais de Londres e pela taxa R\$/ USD. Para a Mão de Obra aplicada, o repasse é anual, baseado no acordo coletivo da categoria. Nos demais componentes dos custos a negociação é feita caso a caso pelo Departamento Comercial com base no índice geral de preços – IGP-m. No ano de 2018, o Departamento Comercial fez várias negociações com clientes visando a recomposição de margens de produtos.

**c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.**

O ano de 2018 foi marcado por dois eventos que trouxeram forte impacto no nível de produção e também nas expectativas do mercado como um todo: a greve dos caminhoneiros em maio e as eleições presidenciais. Especialmente este último deixou o mercado instável, afetando o câmbio com fortes oscilações na moeda, só ocorrendo uma acomodação após o resultado da eleição.

Câmbio é componente da formação do custo de aquisição de matéria prima da Unidade Alumínio.

**10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**a) Introdução ou alienação de segmento operacional:**

No ano de 2018 não houve qualquer aquisição ou alienação de Unidades Produtivas Individuais – U.P.I.(s). Entretanto essa possibilidade não está descartada, caso venha a impactar positivamente na viabilidade econômica da empresa.

**b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:**

No ano de 2018 não houve qualquer movimentação no sentido de busca por parceiros estratégicos. Contudo, da mesma forma que o item anterior, essa situação poderá vir a ocorrer caso isso traga a viabilidade econômica para a Companhia.

**c) Eventos ou operações não usuais:**

No ano de 2018, não tivemos nenhuma operação alheia aos objetivos normais dos negócios da empresa.

#### **10.4. Comentários sobre:**

##### **I - Mudanças significativas nas práticas contábeis:**

###### **a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora**

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela NBCTG – Normas Brasileiras de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial de acordo com a legislação brasileira vigente.

###### **b) Demonstrações Financeiras Consolidadas:**

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo pela NBCTG – Normas Brasileiras de Contabilidade e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe parcela de “lucro não realizado nos estoques” entre Controladora e Consolidado, não há diferenças no patrimônio líquido nem no resultado apurados entre Controladora e Consolidado. Portanto, a Companhia optou por apresentar suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

##### **II - Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:**

Nada a destacar.

**III - Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor:**

A Auditoria Externa emitiu o relatório sem ressalvas. Adicionalmente foram informadas três ênfases. A ênfase nº 1 apresenta que de acordo com as demonstrações financeiras, a companhia encerrou o 4º trimestre de 2018 com um Passivo a Descoberto de R\$ 169.250 – controlada e R\$ 170.801 – consolidado. A ênfase nº 2 trata-se da recuperação judicial da Wetzel que já foi mencionado na nota explicativa nº 33. A ênfase nº 3 trata da descontinuidade das operações da controlada “Wetzel Univolt Indústria de Plásticos Ltda”, onde a base de preparação das demonstrações financeiras partiu do pressuposto de liquidação de ativos e passivos da mesma.

**10.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:**

Nada a destacar.

**10.6. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off - balance sheet items), tais como: i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre quais a companhia mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.**

Não há qualquer transação indicada acima que não apareça no balanço patrimonial.

**b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:**

Não ocorreram.

**10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:**

**a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.**

Já evidenciado no item 10.6 e adicionalmente em nota explicativa nº 18 “Provisões para Contingências” que fazem parte das demonstrações financeiras findas em dezembro 2018.

**b) natureza e o propósito da operação**

Já evidenciado no item 10.6 e adicionalmente em nota explicativa nº 18 “Provisões para Contingências” que fazem parte das demonstrações financeiras findas em dezembro 2018.

**c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Já evidenciado no item 10.6 e adicionalmente em nota explicativa nº 18 “Provisões para Contingências” que fazem parte das demonstrações financeiras findas em dezembro 2018.

**10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a) Investimentos, incluindo:**

**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:**

Previsão de aquisições de centros de usinagem para atender às demandas dos novos produtos nomeados de clientes.

**ii. fontes de financiamento dos investimentos:**

Necessidades de investimentos em 2019 deverão ser realizados com recursos próprios e financiamentos bancários.

**iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:**

Para restaurar a saúde financeira da companhia existe a possibilidade de alienação parcial ou total de uma ou mais unidades de negócio – UPI (s) – Unidades Produtivas Individuais, bem como a alienação de propriedades para investimento como forma de pagamento de dívidas sujeitas à Recuperação Judicial.

**b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:**

Nada a declarar.

**c) Novos produtos e serviços:**

O desenvolvimento das linhas de iluminação industrial em led, tem representado para a Wetzel, um marco importante na participação na construção de novos galpões industriais, obras de infraestrutura e na reposição de instalações industriais que utilizavam iluminação convencional e passaram a utilizar iluminação led, gerando assim, para essas empresas, uma importante redução no consumo de energia elétrica.

As luminárias led, foram desenvolvidas pela sua equipe de engenheiros e técnicos e são fabricadas nas instalações da Wetzel.

**10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:**

Em 2018 foi consolidado o programa SWP – Sistema Wetzel de Produção, sistema que comporta todos os programas de controles e melhorias de processo das fábricas tais como: Kaizen, O.E.E. e células-padrão de produção.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

**12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF**

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Rodrigo Moretti Ramalho Câmara	31/05/1983	Pertence apenas à Diretoria	28/04/2020	3 anos	0
297.412.668-55	Empresário	10 - Diretor Presidente / Superintendente	28/04/2020	Sim	0%
Fernando Cesar Moreira	24/11/1959	Pertence apenas à Diretoria	28/04/2020	3 anos	1
233.831.433-68	Economista	19 - Outros Diretores	28/04/2020	Sim	0%
Diretor Administrativo Financeiro		Diretor Executivo			
Susanna Bender	15/08/1958	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2020	3 anos	2
304.529.539-87	Advogada	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2020	Sim	100%
Eloi Jensen	22/11/1957	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2020	3 anos	1
294.082.539-49	Bacharel em Direito	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2020	Não	100%
André Luís Wetzel da Silva	09/12/1967	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	28/04/2020	3 anos	6
421.788.439-72	Advogado	39 - Outros Conselheiros / Diretores Presidente do C.A e Diretor Executivo e de Relações com Investidores	28/04/2020	Sim	100%

**Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência**

Rodrigo Moretti Ramalho Câmara - 297.412.668-55

Sr. Rodrigo é formado em Administração de Empresas, com MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Possui experiência como Executivo no segmento bancário e industrial automotivo. É Presidente da Empresa Cote D Azur S/A que atua na área de Consultoria Administrativa (gestão, administração e reestruturação de empresas. O Sr Rodrigo não sofreu, nos últimos cinco anos i. qualquer condenação criminal; ii qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Rodrigo declara que não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes.

Fernando Cesar Moreira - 233.831.433-68

O Sr. Fernando é Graduado em Economia pela Universidade Federal do Ceará e pós-graduado em Administração de Empresas e Finanças pela FECAP/SP, com cerca de 30 anos de atuação e expertise nas áreas Administrativa, Financeira e Industrial em grades empresas Nacionais. Exerceu cargos de Direção Administrativa e Financeira nas Empresas Pesqueira Pioneira da Costa S/A e Ducôco Alimentos e Bebidas S/A. O Sr Fernando não sofreu, nos últimos cinco anos i. qualquer condenação criminal; ii qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado,

na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Fernando declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes.

Susanna Bender - 304.529.539-87

Susanna Bender é Advogada, com licenciatura em Filosofia Ciências e Letras, possui mais de dez anos de experiência profissional como administradora de bens e coordenadora de processos administrativos. Atuou como Conselheira Fiscal da Companhia durante 5 (cinco) anos; é Diretora de Comunicação do Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais - IEPES desde 2014 e Administradora da Empresa Beta Administradora de Bens Ltda desde 2002. Nenhuma dessas sociedades/instituições (IEPES e Beta) integram o grupo econômico da Companhia, nem são controlados por acionista da Companhia que detém, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário de emissão da Companhia. A Sra. Susanna não sofreu, nos últimos cinco anos i. qualquer condenação criminal; ii qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Susanna declara que não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes.

Eloi Jensen - 294.082.539-49

Sr. Eloi é Bacharel em Direito pela universidade Federal de Santa Catarina, com pós-graduação em Comércio Exterior pela Universidade de Blumenau-SC e em MBA Executivo em Gestão e Negócios do Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal de Lavras - MG. Funcionário aposentado do Banco do Brasil S/A, atualmente atua como profissional independente de serviços financeiros. O Sr. Eloi não sofreu, nos últimos cinco anos i. qualquer condenação criminal; ii qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Eloi declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes.

André Luís Wetzel da Silva - 421.788.439-72

André Luís Wetzel da Silva é Advogado formado pela Faculdade de Direito de Joinville e Pós-Graduado em Gestão Empresarial pela FGV; está na companhia desde 1990 e foi eleito Diretor Vice-Presidente em 2002 exercendo o cargo até 2012. Em dezembro de 2012 foi eleito Diretor Presidente da Companhia e em 2014 passou a exercer também a função de Presidente do Conselho de Administração. Eleito em 2020 para o cargo de Diretor Executivo e de Relações com Investidores. É Diretor Adjunto da CWS Participações S/A sociedade controladora da emissora e Administrador da Wetzel Univolt Indústria de Plásticos Ltda. sociedade controlada. O Sr. André não sofreu, nos últimos cinco anos i. qualquer condenação criminal; ii qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. André declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez que não desempenha, nem desempenhou, nos últimos 5 anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Rodrigo Moretti Ramalho Câmara - 297.412.668-55 N/A	
Fernando Cesar Moreira - 233.831.433-68 N/A	
Susanna Bender - 304.529.539-87 N/A	
Eloi Jensen - 294.082.539-49 N/A	
André Luís Wetzel da Silva - 421.788.439-72 N/A	

## **12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, pois não há Comitês

## **12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Inexiste a relação

**12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

**Exercício Social 31/12/2018****Administrador do Emissor**

André Luís Wetzel da Silva	421.788.439-72	Controle	Controlador Direto
----------------------------	----------------	----------	--------------------

Presidente do CA e Diretor Presidente até 27/04/2020, em 28/04/2020 foi eleito e tomou posse nos cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Executivo e de Relações com Investidores

**Pessoa Relacionada**

CWS Participações S/A	18.413.128/0001-42		
-----------------------	--------------------	--	--

Diretor Presidente

**Observação****Administrador do Emissor**

André Luís Wetzel da Silva	421.788.439-72	Controle	Controlada Direta
----------------------------	----------------	----------	-------------------

Presidente do CA e Diretor Presidente até 27/04/2020, em 28/04/2020 foi eleito e tomou posse nos cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Executivo e de Relações com Investidores.

**Pessoa Relacionada**

Wetzel Univolt Indústria de Plástico Ltda	12.399.902/0001-21		
---	--------------------	--	--

Administrador

**Observação****Administrador do Emissor**

André Luís Wetzel da Silva	421.788.439-72	Controle	Controlada Direta
----------------------------	----------------	----------	-------------------

Presidente do CA e Diretor Presidente até 27/04/2020, em 28/04/2020 foi eleito e tomou posse nos cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Executivo e de Relações com Investidores.

**Pessoa Relacionada**

Wetzel Univolt Indústria de Plástico Ltda	12.399.902/0001-21		
---	--------------------	--	--

Administrador

**Observação**

**12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

**Exercício Social 31/12/2016**Administrador do Emissor

André Luís Wetzel da Silva

421.788.439-72

Controle

Controlada Direta

Presidente do CA e Diretor Presidente em 2018, em 28/04/2020 foi eleito e tomou posse nos cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Executivo e de Relações com Investidores

Pessoa Relacionada

Wetzel Univolt Indústria de Plástico Ltda

12.399.902/0001-21

Administrador

Observação

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

**13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

**a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:**

Não há uma política fomal, mas a prática de remuneração da Companhia, no que tange aos membros do Conselho de Administração, Diretores estatutários e não estatutários e membros do Conselho Fiscal, objetiva oferecer aos diretores, proventos equivalentes aos oferecidos pelo mercado. O Conselho de Administração é remunerado. A remuneração do Conselho Fiscal (quando instalado) corresponde a 10% do valor da remuneração da diretoria, de acordo com a legislação.

#### **i. Conselho de Administração**

Os Conselheiros recebem remuneração fixa, de forma igualitária, a qual é estabelecida de acordo com a legislação e padrões de mercado, além de reembolsos de todas as despesas de estadia e locomoção vinculadas ao exercício das atribuições que fora eleito. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração poderão perceber remuneração maior em razão das atribuições e responsabilidades assumidas.

#### **ii. Diretoria**

Os membros da Diretoria estatutária da companhia recebem remuneração fixa anual, a título de honorários, cujo valor individual mensal é fixado pelos membros do Conselho de Administração.

Os membros da Diretoria não estatutária, regidos pela CLT, percebem remuneração mensal de acordo com a política de cargos e salários da Companhia, alinhada às práticas de mercado.

**iii. Conselho Fiscal**

A remuneração do Conselho Fiscal é fixada na Assembleia Geral que aprovar a sua instalação e eleger os seus membros, devendo ser respeitado o mínimo legal, ou seja, a remuneração do Conselho Fiscal em funcionamento não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefício e participação nos lucros.

**b) composição da remuneração indicando:****i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

Não há outros elementos de remuneração além dos salários e pró-labore – que correspondem à remuneração mensal exclusivamente.

**ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

Não se aplica, pois há somente um elemento de remuneração

**iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

Aplicação do percentual equivalente ao acordado em convenção coletiva de trabalho da categoria profissional entre o Sindicato Laboral e Patronal.

**iv. razões que justificam a composição da remuneração**

Não se aplica

**v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Não há

**c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

A Companhia não utiliza indicadores de desempenho na determinação da remuneração.

**d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

A Companhia não possui programa de remuneração baseado em indicadores de desempenho.

**e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

Política de remuneração alinhada às práticas de mercado.

**f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Inexiste na Companhia remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

**g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Inexiste na Companhia remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário.

**h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

O Conselho de administração defini a remuneração individual dentro do montante global fixado anualmente pela Assembleia Geral de Acionistas para pagamento da remuneração mensal dos administradores.

**i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**

Não há

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Não há

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Não há

**13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão****Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2019 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00		5,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00		4,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	350.000,00	1.650.000,00		2.000.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>	Quantidade de conselheiros apresenta apenas os conselheiros remunerados, não incluindo o membro que acumula função na diretoria executiva e é remunerado exclusivamente pela função de diretor.			
Total da remuneração	350.000,00	1.650.000,00		2.000.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00		5,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00		4,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	125.000,00	1.157.000,00		1.282.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>				
Total da remuneração	125.000,00	1.157.000,00		1.282.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,00		5,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00		4,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	121.000,00	1.131.000,00		1.252.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>	Quantidade de conselheiros remunerados, não incluindo o membro que acumula função na diretoria executiva e é remunerado exclusivamente pela função de diretor.			
Total da remuneração	121.000,00	1.131.000,00		1.252.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	2,08	3,00	8,08
Nº de membros remunerados	2,00	2,08	3,00	7,08
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	113.000,00	1.033.000,00	52.000,00	1.198.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	Quantidade de conselheiros remunerados, não incluindo o membro que acumula função na diretoria executiva e é remunerado exclusivamente pela função de diretor.	Número de membros corresponde à média anual apurada com base na quantidade de membros mês a mês.		
Total da remuneração	113.000,00	1.033.000,00	52.000,00	1.198.000,00

**13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**

Não há remuneração variável para o conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal.

**13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente**

Não há plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

**13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:**

Não há plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária.

**13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:**

Não há opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária.

**13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:**

Não houve remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária nos 3 últimos exercícios sociais.

**13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:**

Não há remuneração baseada em ações (opções exercidas e ou ações entregues) do conselho de administração e da diretoria estatutária.

**13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.**

<b>31/12/2018</b>	<b>Ações Ordinárias</b>	<b>%</b>	<b>Ações Preferenciais</b>	<b>%</b>
Conselho de Administração	73	0,0106	114.832	8,3697
Diretoria	442	0,0644	4.023	0,2932
Conselho Fiscal	0	0,0000	0	0,0000
Outros	685.486	99,9249	1.253.147	91,3371
<b>Total</b>	<b>686.001</b>	<b>100,00</b>	<b>1.372.002</b>	<b>100,00</b>

**13.10 Em relação aos planos de previdência**

Atualmente não existe plano de previdência em vigor.

**13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média****Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
Nº de membros	2,00	2,00	2,08	3,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	2,08	2,00	2,00	2,00	3,00
Valor da maior remuneração	651.000,00	617.120,00	542.640,00	62.400,00	60.320,00	56.160,00	17.421,60
Valor da menor remuneração	506.000,00	513.420,00	29.025,00	62.400,00	60.320,00	56.160,00	17.421,60
Valor médio da remuneração	578.000,00	565.270,00	496.867,00	62.400,00	60.320,00	56.160,00	17.421,60

**Observação****Diretoria Estatutária**

**31/12/2016** Número de membros corresponde à média anual apurada com base na quantidade de membros mês a mês.

**Conselho de Administração**

**31/12/2017** Número de membros remunerados não inclui o membro que acumula função na diretoria executiva e é remunerado exclusivamente pela função de diretor.

**Conselho Fiscal**

**31/12/2016** Remuneração referente período de funcionamento do CF de janeiro a maio/2016

**13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive conseqüências financeiras para o emissor)**

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

**13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

Não houve remuneração na Controlada para membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretoria estatutária, que sejam partes relacionadas aos controladores.

**13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados**

Não houve remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam.

**13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos**

Não houve remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

**13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

A Companhia esclarece que as diferenças entre a proposta de remuneração para 2018 (R\$ 2.000 mil) e a remuneração efetivamente realizada no exercício (R\$ 1.282 mil), constantes do item 13.2 do FR decorreram da não correspondência entre o período da proposta (de uma AGO a outra) e o período da efetiva apuração (exercício social de 2018), pela manutenção de apenas 2 (dois) membros exclusivos para o Conselho de Administração e pelo acúmulo de funções do Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração, remunerado exclusivamente pela função de Diretor.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

**15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
107	0,016	217	0,015	324	0,016	
<b>BRDE Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul</b>						
92.816.560/0001-37	Brasileira-SC	Não	Não	01/10/2015		
0	0,000	297.444	21,680	297.444	14,453	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>CLUBE DE INVESTIMENTOS SOL</b>						
01.038.051/0001-75	Brasileira-SP	Não	Não	01/10/2015		
0	0,000	238.808	17,406	238.808	11,604	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>CWS Participações S/A</b>						
18.413.128/0001-42	Brasileira-SC	Não	Sim	01/10/2015		
666.955	97,224	271.720	19,805	938.675	45,611	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				

**15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA							
ACIONISTA							
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração			
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações							
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %		
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social		
<b>Eloi Jensen</b>							
294.082.539-49	Brasileira-PR	Não	Não	30/11/2018			
0	0,000	109.000	7,944	109.000	5,296		
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>					
TOTAL	0	0.000					
<b>OUTROS</b>							
18.939	2,760	454.813	33,150	473.752	23,020		
<b>TOTAL</b>							
686.001	100,000	1.372.002	100,000	2.058.003	100,000		

**15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
CWS Participações S/A				18.413.128/0001-42		
<b>André Luís Wetzel da Silva</b>						
421.788.439-72	Brasileira-SC	Não	Não	31/12/2018		
1.461.840	100,000	274.010	18,744	1.735.850	59,372	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>Cachoeira Arrendamentos e Armazéns Gerais Ltda</b>						
84.685.064/0001-63	Brasileira-SC	Não	Não	29/05/2015		
0	0,000	1.187.830	81,256	1.187.830	40,628	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>TOTAL</b>						
1.461.840	100,000	1.461.840	100,000	2.923.680	100,000	

**15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital**

<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	01/01/0001
<b>Quantidade acionistas pessoa física</b>	0
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica</b>	0
<b>Quantidade investidores institucionais</b>	0

**Ações em Circulação**

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria*

<b>Quantidade ordinárias</b>	0	0,000%
<b>Quantidade preferenciais</b>	0	0,000%
<b>Total</b>	0	0,000%

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

**17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social**

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
----------------------------------	------------------	-------------------------	--------------------------------	-----------------------------------	---------------------------

## **17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações**

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

**18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários**

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
------------------	-----------------	-------------------	-----------------------------

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

**18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros**

Valor Mobiliário	Identificação do Valor Mobiliário	País	Mercado Valor Mobiliário
Entidade Administradora	Data de admissão	Data de Início listagem	Percentual
Descrição de Segmento de Negociação	Descrição de Proporção de Certificados de Depósito no Exterior		
Descrição do Banco Depositário	Descrição da Instituição Custodiante		

## **18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.

## **Companhia em Recuperação Judicial**

Dispensado de acordo com a Instrução CVM 480/2009, Artigo 36 e Parágrafo Único.